

IMPARCIALIDADE JORNALÍSTICA: DO MITO À REALIDADE

Adísia Sá

Professor Titular do Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia, da UFC. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará. Do Instituto Brasileiro de Filosofia (Secção do Ceará.) Jornalista.

Um dos pontos mais evidenciados e/ou analisados no discurso sobre Imprensa é o que diz respeito à imparcialidade jornalística. Este tema se impõe à minha consideração pela conotação filosófica de que se reveste e é sob este prisma que o desenvolverei.

De princípio a indagação: que é imparcialidade?

"Imparcialidade — qualidade, condição, estado ou caráter do que é imparcial." (1)

Imparcialidade, em sendo qualidade, exige o sujeito. O que é o sujeito imparcial?

"Imparcial — justo, reto, desapaixonado. Neutral: que não tem partido a favor ou contra." (2)

Quem é o sujeito imparcial? No caso, o jornalista. A imparcialidade centra-se, então, no jornalista, que é o ente dotável desta qualidade. E centra-se no jornalista como relator de fatos ou elaborador e transmissor de notícia.

A imparcialidade do jornalista é passível de presença na notícia que é, na expressão de Celso Kelly, "a matéria-prima com que se constrói o jornal." (3)

O que é notícia?

1 AULETE, Caldas — *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*.

2 Idem, *Ibid*.

3 DICIONÁRIO de Comunicação.

“Notícia é o relato de fatos ou acontecimentos atuais de interesse e importância para a comunidade e capaz de ser compreendido pelo público.” (4)

Finalmente, o conceito sobre o qual trabalharemos:

“Imparcialidade jornalística, o relato justo, reto, neutral e desapaixonado de fatos ou acontecimentos atuais de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público.”

Deste conceito, avultam três elementos:

- 1 — relator;
- 2 — notícia;
- 3 — público.

Estamos frente, então, aos elementos do discurso a que se refere Aristóteles: (5)

- a pessoa que fala;
- o assunto de que fala;
- a pessoa a quem fala.

No caso:

- o jornalista que escreve (relata, noticia);
- os fatos ou acontecimentos;
- o público que lê (ouve, vê).

Sabemos bem que nestes elementos aristotélicos estão implícitos os nominados por Lasswell, mas sobre eles não me reportarei, restringindo o enfoque a:

- o que existe;
- como é conhecido;
- quem conhece /transmite.

Este enfoque, é bom que se saliente, é objeto de permanentes reflexões minhas, tomando como base as colocações de Górgias:

- Nada existe;
- se algo existir, não se conhece;
- se se conhece, não se transmite.

E eu refuto:

- Existe (fatos ou acontecimentos);
- existe e é conhecível ou cognoscível (direta ou indiretamente);
- é cognoscível e relatável.

No relatar, mais do que no conhecer, se insere a indagação: imparcialidade jornalística — mito ou realidade? Esta

4 Id. Ibid.

5 ARISTÓTELES — *Arte Retórica*, p. 42.

distinção para mim é fundamental: há e existe não são, no meu entender, sinônimos. Há — no sentido abstrato (absoluto); existe — concretamente (tempo/espaço), ao nível do homem, ao seu alcance, no seu espaço cognoscitivo/prático. Noutras palavras: há imparcialidade, mas não existe imparcialidade jornalística.

Dissequemos a pirâmide gorgiana por mim refutada:

1 — EXISTE

O que existe? Fatos ou acontecimentos. Fatos ou acontecimentos no tempo e no espaço, perceptíveis, portanto, ao público e ao jornalista. Fato ou acontecimento é algo que realmente ocorre. Ao jornalista cabe levar este fato ou acontecimento ao público, sob a forma de notícia.

Entre o fato e o público está o jornalista, uma vez que é a ele que compete transformar o fato em notícia. (*)

Para Nilson Lage

“notícia, no sentido mais amplo e desde o tempo mais antigo, tem sido o modo corrente de transmissão da experiência, isto é, a articulação simbólica que transporta a consciência do fato a quem não o presenciou.” (6)

Os sentidos captam o fato e a razão o ordena. Noutras palavras: o jornalista conhece o fato (direta ou indiretamente), cabendo à sua razão ordená-lo, isto é, colocá-lo no tempo/espaço da transmissão, relacioná-lo com objetos, coisas e pessoas, conceituá-lo, dar-lhe sentido e transformá-lo em notícia. O jornalista tira o fato de sua realidade, captando-o, envolvendo-o com/na linguagem e o transmite ao público. O jornalista transmuda o fato em notícia, o que representa interiorização, e isto é tarefa da consciência, pois é nela que se passa esta transmutação.

A notícia transpõe o fato a quem não o testemunhou.

Como o fato é relatado (escrito, noticiado, filmado) pelo jornalista, subentende-se que é o jornalista que transporta à consciência do leitor o fato não presenciado por ele. Noutras palavras: a consciência do jornalista se põe à consciência do

* Jornalista não é só aquele que escreve (atividade ou função) em jornal. Setores ou secção ou serviço de radiodifusão, televisão ou divulgação cinematográfica, agências de publicidade ou de notícias, bem como revistas, são campos de atuação e trabalho do jornalista.

6 LAGE, Nilson — *Ideologia e técnica da notícia*. Rio de Janeiro, Vozes, p. 33.

leitor via notícia (relato de fatos ou acontecimentos). Daí por que digo que este processo (transmutação do fato em notícia e sua transferência como tal para o leitor) é passagem de consciências, ou seja, da consciência do jornalista para a consciência do leitor.

2 — CONHECÍVEL

Como o jornalista conhece o fato ou acontecimento? Como se processa a apreensão, a captação, o conhecimento do fato pelo jornalista?

Considero que o conhecimento do fato pelo jornalista se processa por duas vias:

- direta;
- indireta.

Via direta ou testemunha dos sentidos. Via indireta ou fornecimento de dados por fontes (pessoas, indícios) ou por conclusão lógica (graças ao acervo de informações do jornalista).

Chamo, então, de conhecimento direto à concomitância de presença tempo/espço do jornalista e do fato. Chamo de conhecimento indireto a não presença concomitante tempo/espço do jornalista e do fato.

Vale dizer que os acontecimentos ou fatos conhecidos direta ou indiretamente pelo jornalista, antes de se transformarem em notícias para o leitor, passaram pelo crivo do pessoal e/ou do circunstancial (interesse da empresa, momento político...).

Este dado é assim posto de relance mas em seguida será visto como elemento significativo deste trabalho.

Entre o fato e o público, percebe-se, está o jornalista (via notícia). O jornalista conhece o fato e o relata ao público, transpondo, por assim dizer, o concreto — via abstrato — ao público. Digo “concreto” considerando a realidade do fato (tempo/espço) e digo “abstrato” considerando a linguagem de que se serve o jornalista para relatar o fato ao público. O relato será tanto mais objetivo quanto mais fiel for a sua reprodução pela linguagem. Digo isto porque cabe à linguagem (pela notícia) o papel mediador entre o jornalista e o público.

O jornalista, então, para melhor transportar o fato tem que escolher a linguagem que o reproduza mais fielmente ao público. Ou seja, a consciência do jornalista deve vivenciar a consciência do público para um relato fiel do fato (via notícia). Daí por que tem que usar palavras do universo lingüís-

tico do público, bem como de suas experiências e de seu conhecimento. . .

É escusável dizer que o fato em si é incognoscível, pela amplitude de que se reveste. O que o jornalista conhece dele são ângulos, nuances e é com este material que trabalha a notícia.

Como vemos, estamos entrando na terceira parte desta análise.

3 — RELATÁVEL

Há um conhecido axioma: “Não existe comunicação sem mensagem, nem mensagem sem linguagem.”

Para que a mensagem (relato, notícia) seja conhecida pelo/do público, carece de linguagem. Daí por que o jornalista precisa saber das experiências e do conhecimento do público, sem o que a mensagem não “passa” dele (jornalista — emissor) para o leitor (público — receptor). Isto porque “mensagem” é sinônimo de conteúdo, ou seja, aquilo que é dito num texto, num discurso, o que passa, realmente, de significativo na comunicação entre emissor e receptor. (7)

Nesta passagem do fato conhecido pelo jornalista (direta ou indiretamente) ao público situa-se a questão “imparcialidade jornalística”.

Uma pergunta:

o jornalista escreve no vazio ou num jornal? E mais: existirá jornal fora do tempo e do espaço, distante, então, de sistemas políticos, religiosos, econômicos?

Em linhas anteriores afirmei que “os fatos conhecidos direta ou indiretamente pelo jornalista antes de serem transformados em notícias para o leitor passaram pelo seu crivo pessoal e/ou circunstancial” (interesses da empresa, do movimento. . .

Pergunto mais: um jornal existe fora do tempo e do espaço ou, melhor dizendo, existirá um jornal que não tenha linha própria ou filosofia de atuação ou que não seja porta-voz de grupos ou de pessoas, de partido político ou de segmentos de opinião?

A partir daí insisto noutra pergunta: existirá jornal que não tenha preconceitos e pontos de vista interferentes no processo da informação?

Depois disto, prossigo.

7 DICIONÁRIO de Comunicação, p. 306.

O jornalista conhece o fato ou acontecimento direta ou indiretamente. O fato ou acontecimento chega à consciência do jornalista como ele é e/ou como o outro (via indireta, já referida) o vê e/ou encaminha ao jornalista.

O conhecer o fato (direta ou indiretamente) é um processo de mediação. Nunca se conhece o fato em si e sim através de — o que vale dizer, fenomenicamente, isto é, interpretativamente.

Aqui, o primeiro intermediário: entre o fato e a notícia há o jornalista e sua consciência; e neste tempo “consciência” coloco sentidos, códigos verbais, perspectivas, interesses, experiências, ideologia etc.

Tudo isto pesa na interpretação (incluindo codificação, ângulos) do fato e em sua transformação em notícia pelo jornalista. Vale dizer que tudo isto pesa na interpretação do acontecimento e, conseqüentemente, na sua elaboração como notícia.

É como se dissesse que entre o ser e o conhecer existe o homem. E é o que digo: entre o fato e seu conhecimento existe o jornalista. Entre o fato e o leitor existe a notícia. Na notícia, o jornalista.

É o jornalista quem dá ordenamento ao fato: relaciona ângulos e palavras, técnica de redação e enfoque, adequando-o à compreensão do público, a seus interesses e à importância que possui para a comunidade.

O que o leitor (público) toma e recebe como notícia não é o fato em si; é o acontecimento “vivenciado” pelo jornalista ou, noutras palavras, é a consciência do jornalista que chega à consciência do leitor.

Entre o fato e o público existe a notícia. O que vale dizer que entre o fato e o público existe o jornalista, vez que a notícia é a sua matéria-prima. Resumindo: a notícia é a mediação de consciências, ou seja, da consciência do jornalista para a consciência do público.

O que o público recebe sob a forma de notícia não é o fato em si, é a codificação do jornalista, ou seja, a linguagem que ele emprega segundo o veículo que usa.

O fato acontece no tempo/espço, daí por que é transformável em notícia. Transformável em notícia pelo jornalista. O jornalista não cria o fato: narra-o. Daí por que nem todo fato é notícia, mas toda notícia é fato. A obsessão pela notícia pode gerar e gera, muitas vezes, pseudofatos.

O fato, como já disse, nem sempre é testemunhável (diretamente) pelo jornalista e o mesmo se pode afirmar em relação ao leitor. O leitor toma conhecimento do fato pela notícia

(relato feito pelo jornalista). Ora, sabemos que não se atinge verdadeiramente, absolutamente, a realidade, quer pelos sentidos, quer pela linguagem. A realidade (fato) é muito mais rica do que os sentidos e a linguagem: é impossível, então, ao leitor, conhecer diretamente o fato. O que ele conhece do fato é o discurso do jornalista ou a notícia. Notícia, repito, relato do jornalista com o emprego da linguagem. Neste justo momento cabe um novo elemento: a credibilidade, ou confiança, ou aceitação como verdade daquilo que se lê (ouve ou vê, segundo o veículo transmissor da notícia). Infelizmente não vou desenvolver este outro tema, dado o objeto definido deste trabalho.

O que o jornalista passa ao leitor não é uma cópia do fato — isto, talvez, nem a fotografia ou a máquina de filmar ou a câmera de televisão consigam fazer total amplitude do acontecimento. É, sim, uma narração do fato.

A linguagem, como instrumento de ligação das consciências (é por meio da linguagem que o jornalista chega, sob a forma de notícia, ao público), desempenha papel fundamental neste processo de comunicação, ou seja, nesta transferência de conhecimento.

Como vemos, “não existe comunicação sem mensagem, nem mensagem sem linguagem”, o que vale dizer que sem linguagem não se tem mensagem. Conseqüentemente, não se tem comunicação.

Insisto na pergunta: é possível comunicar?

É, e o jornalista o faz através da notícia e esta é, por sua vez, invólucro do fato e este é, também por sua vez, informado pela linguagem.

Ora, a linguagem é produto social, sua raiz e existência são sociais, o que significa dizer que a linguagem tem normas, regras, legalidade. Não se usa nem se emprega impunemente a linguagem. Linguagem *stricto sensu* e como aqui é empregada — língua.

Daí por que Susanne Langer diz que as palavras se vingam das pessoas que as empregam indevidamente.

O jornalista, sob o peso da realidade em que se encontra (sociedade, jornal, língua, valores...), não é imparcial na transmissão do fato, ou seja, na elaboração e transmissão do fato como notícia.

Além do mais, o jornalista, atento ao público a que se dirige, procura a maneira mais eficiente de atingi-lo, o que importa dizer que o fato, ao virar notícia, recebe pressões de diversos níveis, inclusive do público.

A imparcialidade, consciente ou inconscientemente, é presa da realidade e ela nos estrutura, nos ordena, nos condiciona.

O jornalista conhece a linha de pensamento de sua empresa (pessoas ou grupos que a mantêm).

O jornalista tem, também, os seus próprios valores, suas compreensões.

O jornalista conhece o que é de interesse e de importância para a comunidade. Tais fatores pesam, sem dúvida, na captação do fato, na elaboração e transmissão da notícia.

Imparcialidade jornalística?

Se o que o jornalista noticia está condicionado, limitado por vários fatores, como me referi, é possível falar-se em imparcialidade jornalística?

O que existe é a parcialidade. Parcialidade como limitação natural do jornalista (impossível captar o fato em si), instrumental lingüístico definido e limitação circunstancial (tempo/espaço, empresa etc.).

Este tipo de imparcialidade impossível não significa, absolutamente, que o jornalista fuja da verdade, invente, crie ou forje fatos. Parcialidade como limitação não é sinônimo de facciosismo, inverdade, mentira. Parcialidade, nestes termos, passaria a ser assunto ao nível da Ética da Comunicação, sobre o que, no momento e infelizmente, não falo, a despeito, sem dúvida, de seu caráter atrativo.

Como vemos, o tema é fecundo e comporta desdobramentos interessantes e de incontestável interesse para os que trabalham a/na/para a comunicação jornalística.